



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO

Jozadake Petry Fausto Vitorino¹
Andréa Márcia Santiago Lohmeyer²

Resumo: Este estudo teve como objeto a aproximação da temática: envelhecimento e formas de planejamento para a vida pós-trabalho (aposentadoria). A pesquisa foi realizada em 2017, com servidores públicos estaduais em processo de aposentadoria. Para tanto, fez-se necessária a realização de um *Workshop* promovido pelo Órgão estadual – DEINFRA – a fim de prepará-los para a aposentadoria. Os resultados obtidos delinearão que a totalidade dos participantes não se preparou para a vida pós-trabalho e seus depoimentos expressam sentimentos diversos: de recusa, frustração ou de negação por estarem diante do fato de ter idade e tempo para solicitar a aposentadoria e não se sentirem preparados para sair do órgão.

Palavras-chave: Envelhecimento. Trabalho. Aposentadoria.

Abstract: The purpose of this study was to approximate the theme: aging and forms of planning for post-work life (retirement). The survey was conducted in 2017, with state public servants in the process of retirement. In order to do so, it was necessary to hold a *Workshop* promoted by the State Organ – DEINFRA – in order to prepare them for retirement. The results obtained indicated that all the participants did not prepare for their post-work life and their statements express different feelings: of refusal, frustration or denial because they are old and have time to apply for retirement and do not feel prepared to leave the organ.

Keywords: Aging. Job. Retirement.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito de avaliação do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. A pesquisa teve como objetivo analisar o que pensam os trabalhadores em processo de aposentadoria sobre velhice e aposentadoria e quais têm sido suas expectativas e formas de planejamento para a vida pós-trabalho. Foi adotada uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. A escolha desse objeto surgiu de questionamentos durante a realização dos estágios não obrigatórios e obrigatórios (I, II e III), realizados de 17/08/2015 a 16/08/2017, no Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), que fica localizado em Florianópolis (SC).

¹ Estudante de pós-graduação. Estácio de Sá. E-mail: <joza.pfv@gmail.com>.

² Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <joza.pfv@gmail.com>.

No desenvolvimento da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico no acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no campus de Florianópolis, em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na área do Serviço Social, nos anos de 2014, 2015 e 2016, sendo que não encontramos produção científica nesses últimos três anos na área que discutisse envelhecimento, trabalho e aposentadoria, o que nos motivou a realizar esta pesquisa.

Para tanto, definimos como procedimentos de coleta de dados a realização de um conjunto de quatro encontros temáticos (workshops), a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores ainda ativos do DEINFRA, sujeitos da pesquisa. A fim de realizar os quatro encontros, tivemos um período de várias reuniões com as supervisoras de campo (no local de estágio, na sede do DEINFRA) e acadêmicas (na UFSC) para elaboração da proposta de intervenção e planejamento e organização dos encontros (conteúdo e metodologia). Para que houvesse maior adesão aos encontros, foram elaborados convites personalizados para 82 servidores. Os encontros foram realizados no período entre 28/03/2017 e 18/04/2017, perfazendo um total de 16 horas. Cada encontro contou com uma temática específica relacionada aos assuntos que envolvem o processo de aposentadoria: a) “Preparação para a aposentadoria”; b) “O processo de mudança”; c) “Educação financeira”; d) “Atividade física e promoção da saúde”; e) “Aspectos psicológicos e sociais”. Procuramos assegurar certificação, que servirá para a progressão funcional dos participantes que obtivessem 75% de participação.

Os encontros foram todos gravados e transcritos para análise, contendo 98 páginas de transcrição. Em cada um dos quatro encontros, foram totalizadas 45 presenças. Ao final dos encontros, foi solicitado aos participantes o preenchimento de um questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo que 13 questionários foram preenchidos. Posteriormente, foram selecionados aleatoriamente 10 participantes (dentre os 13 que responderam aos questionários), sendo cinco homens e cinco mulheres – os quais serão doravante identificados por P1 a P10 – para que participassem de uma entrevista semiestruturada para aprofundar assuntos abordados no questionário. As entrevistas foram realizadas no período entre 19/06/2017 e 06/07/2017, perfazendo 6 horas e 30 minutos de conversa que foram gravadas e transcritas, dando um total de 71 páginas para análise posterior. Todas as entrevistas foram precedidas de leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes da pesquisa (APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO), respeitando-se as devidas orientações.

Importante demarcarmos que a realização da pesquisa foi recheada de desafios. A dificuldade de ser estudante-trabalhador torna ainda mais complexa essa aproximação, pois

são limitadas as oportunidades, em razão de tempo, de participações em projetos de extensão e pesquisa. Os dados coletados na realização da pesquisa empírica possibilitaram-nos a aplicação da teoria na prática, gerando novas informações e transformando-as em conhecimento, o que contribuiu para o nosso aprendizado acadêmico-científico.

2 DESENVOLVIMENTO

No século XXI enfrentamos os desafios ocasionados por uma das mais notáveis conquistas do ser humano: a longevidade. “Mas como viver bem os muitos anos que estão reservados a uma crescente parcela da população dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil?” (BRANDÃO; MERCADANTE, 2009).

O envelhecimento é uma vitória do desenvolvimento, uma das maiores conquistas da humanidade. É necessário ressaltar que, graças aos avanços na medicina, às políticas públicas e à ampliação do acesso à informação para a sociedade, somos hoje, em consequência dessas conquistas, um país que se encaminha para uma ampliação da população mais velha, que necessita de preparação para “viver bem a velhice”.

Para melhor compreensão do conceito que compõe a velhice e as etapas do envelhecimento, reportamo-nos a Papalia, Olds e Feldman (2006 *apud* SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 586), que classificam o idoso em três grupos de idade. Vejamos:

O termo idoso jovem geralmente se refere a pessoas de 65 a 74 anos, que costumam estar ativos, cheios de vida e vigorosos. Os idosos velhos, de 75 a 84 anos, e os idosos mais velhos, de 85 anos ou mais, são aqueles que têm maior tendência para a fraqueza e para a enfermidade, e podem ter dificuldade para desempenhar algumas atividades da vida diária (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 586).

É importante lembrarmos que o processo de envelhecimento não está somente atrelado a questões cronológicas na vida dos sujeitos, pois fatores como cultura, o contexto social em que vivem, aspectos biológicos, sociais e psicológicos precisam ser considerados no decorrer da vida de cada um e de todos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 586).

O Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de outubro de 2003, em seu Capítulo I, art. 8º – assegura o direito de todas as pessoas envelhecerem com dignidade e respeito. Seu art. 9º dispõe sobre a responsabilidade do Estado na garantia de segurança, saúde e a obrigação de formulação de novas políticas públicas (BRASIL, 2003):

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente. Art. 9º É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2003, p. 2).

Diante disso, é pertinente dizer que:

As políticas públicas e os programas de atenção voltados para os idosos possuem papel importante na visibilidade adquirida por esse segmento, retirando o idoso do esquecimento e do silêncio, possibilitando a eles uma condição social mais justa. Para atender essa realidade e os desafios que acompanham são necessários instrumentos legais que garantam proteção social e ampliação de direitos às pessoas idosas (ESCOBAR; SOUZA, 2016, p. 50).

Sennet (2006), ao abordar o envelhecimento e a velhice da população brasileira, argumenta que entendemos que, em algum momento de nossas vidas, todos nós vamos envelhecer e deixar de ser produtivos. Apesar de todas as conquistas, o grande desafio na era contemporânea será o de reduzir o preconceito em relação ao idoso, haja vista que as pessoas mais velhas tendem a ser consideradas como: fracas, inúteis ou cansadas. Então, poderemos refletir sobre a velhice como um paradoxo?

Ainda existe em nossa sociedade a tendência de se infantilizar o idoso. Tratá-lo por apelidos, como “vovozinho”, “velhinho” ou “mocinha”, que, entre outros tratamentos, são aparentemente palavras carinhosas, mas que, por vezes, escondem a desvalorização da pessoa idosa. Não devemos esquecer que fazer escolhas pelo idoso sem consultá-lo ou impedir que ele delibere sobre a própria vida, com o objetivo de blindá-lo ou de poupá-lo, pode esmagar a autoestima dele.

Em relação ao idoso, é indispensável que a sociedade brasileira, mesmo diante de todos os problemas econômicos, sociais e políticos que vem enfrentado na atualidade, cunhe ferramentas adequadas para mantê-lo conectado a seu meio, aproveitando as suas potencialidades de “energia e criatividade”. Entretanto, o que se observa é que, infelizmente, apesar de termos na atualidade marcos normativos e regulatórios que tenham contribuído para avanços nos diferentes campos das demandas e necessidades da população idosa, ainda existe uma disposição preconceituosa para discriminá-la e confiná-la sem a menor consideração devida ao ser humano (SALGADO, 1989).

Segundo Lopes, Arantes e Lopes (2007), as pessoas estabelecem mitos a respeito do envelhecimento, às vezes por falta de convívio com “pessoas acima de 60 anos, ou até por medo de ficar velho”, mas, principalmente, pela ausência de cultura em relação à temática. Logo, percebe-se a existência de preconceito e de intolerância entre as pessoas mais velhas e as gerações mais novas, por não interagirem entre si, e isso favorece que os mitos se mantenham até hoje, principalmente com a chegada da terceira idade. Diante disso é preciso dizer que:

A terceira idade é postulada como o ponto culminante de uma linha abstrata, convencionalmente instituída como condutora da vida. Estaria posicionada subsequente a uma idade, que compreende a maturidade, e uma primeira idade, que compreende a infância. Ainda que aponte para a etapa final da vida, a nomenclatura terceira idade faz desaparecer a ilusão direta de vocabulários tão semanticamente marcados, como velhice, senilidade e envelhecimento [...] (PALACIOS, 2004, p. 4).

Conforme Mercadante (1997 *apud* LOPES; ARANTES; LOPES, 2007), a visão ainda estereotipada sobre o envelhecimento e, sobretudo, como denominamos os pós-60, pode

colaborar e mesmo ampliar a manutenção de mitos e preconceitos a respeito desse fenômeno da vida humana:

1) os idosos não são capazes de aprender coisas novas; 2) os idosos dificilmente mudam o comportamento após certa idade, mesmo que essa mudança traga benefícios à saúde e bem-estar geral; 3) o fator genético seria uma garantia de envelhecimento com qualidade de vida, sua importância seria grande o suficiente para deixar de lado os fatores sociais e comportamentais sobre o estado geral de saúde e funcionamento do idoso; 4) não se devem administrar tratamentos médicos mais agressivos aos idosos, com base somente na idade cronológica, independentemente dos benefícios que poderia ter ou das condições gerais favoráveis ao tratamento; 5) os idosos são geralmente não produtivos e não servem para nada (MERCADANTE 1997 *apud* LOPES; ARANTES; LOPES, 2007, p. 51).

Com vistas a esse assunto e para melhor compreendermos as lutas contra a discriminação e o preconceito que atinge as pessoas idosas, Faleiros (2014) contribui dizendo:

Idosos têm direitos enunciados e definidos, mas a violação desses direitos é um dos principais obstáculos à inserção social da pessoa idosa, com destaque para a discriminação e o preconceito. A luta contra a discriminação é fundamental num processo de educação para o envelhecimento e sobre o envelhecimento e velhice. É preciso romper o silêncio sobre a velhice e abrir espaços na escola, na família, nas pesquisas e na sociedade para se falar abertamente dessa questão (FALEIROS, 2014, p. 18).

A existência de preconceitos, assim como as diferentes violações de direitos de idosos, são resultados de políticas públicas que ainda precisam avançar muito na garantia efetiva de direitos da população idosa, principalmente para fazer frente a tantas mudanças e impactos causados pelo fenômeno do longe viver. Não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relação ao que é a sociedade (NETTO; BRAZ, 2012, p. 49).

Ao envelhecer, passamos a enfrentar algumas transformações biológicas, sociais e psicológicas. Os aspectos biológicos estão diretamente ligados ao organismo, advindos de perdas moleculares e celulares, ficando o idoso mais vulnerável e propício a doenças. Além dos aspectos biológicos, outro ponto a considerar são as alterações que ocorrem nas perdas de papéis e posições sociais. Ao abordar os aspectos sociais, percebemos as dificuldades que as pessoas idosas têm em lidar com as perdas das amizades advindas principalmente do ambiente de trabalho.

Muito embora ao longo da existência da vida economicamente ativa (voltada ao mercado de trabalho) tenhamos, no modo de produção capitalista, nossa força de trabalho apropriada pelo capital – tornando-a uma mercadoria –, é pelo trabalho que garantimos nossa sobrevivência. Além disso, por meio do trabalho, criamos vínculos e interagimos com os demais seres humanos dentro da sociedade em que vivemos (NETTO; BRAZ, 2012).

Segundo Fontoura, Doll e Oliveira (2015, p. 61), “A saída do mundo do trabalho é uma marca relevante na vida das pessoas, com fortes implicações não só para sua organização

temporal da vida, mas também para sua autoimagem e suas relações sociais”. De fato, reorganizar sua vida exige aprendizagem na construção de um novo estilo de vida, considerando-se, por vezes, as preocupações que cercam os idosos, em razão do contexto desigual no qual estamos inseridos.

As discussões acerca do tema envelhecimento (longe viver) e qualidade de vida – na mídia, na internet e em publicações – demonstram que esse fenômeno é complexo e polêmico. A todo momento ouvimos falar em como fazer para melhorar a qualidade de vida, sobre alimentação saudável, a prática de atividades físicas e assim por diante... Todavia o assunto, além de ser complexo, é ainda característico de cada pessoa, o que exige maior reflexão acerca de questões como trabalho, moradia, água potável, saneamento básico, acesso aos serviços de saúde nos diferentes campos etc. Se analisarmos sob o ponto de vista de como a nossa sociedade é de fato estruturada em classes, podemos perceber os visíveis e diferentes níveis de escolaridade, sem falar nos analfabetos e nos milhões de homens e mulheres desempregados ou trabalhando em subempregos.

Entretanto, para que não se arrependam das escolhas que fizeram sobre a tão esperada aposentadoria – sabendo inclusive dos limites impostos pela realidade do mundo do trabalho no Brasil – e possam vivê-la com dignidade, e não com ansiedade e temor, seja por fatores financeiros, de saúde ou de vida social, os idosos devem ter a aposentadoria encorajada com planejamento sobre as opções de escolhas quando o momento chegar.

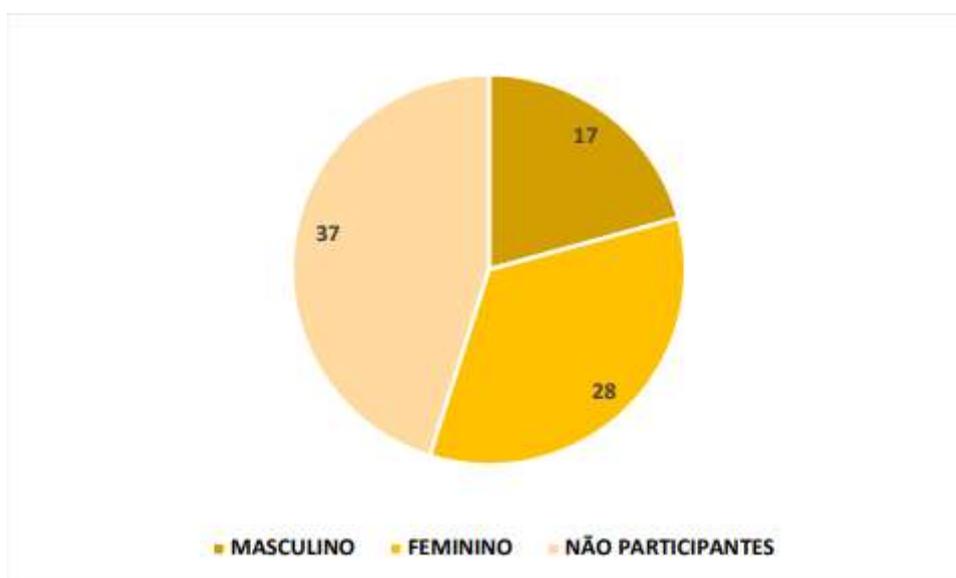
3 METODOLOGIA

Definimo-nos pela pesquisa de caráter exploratório e de base de estudo qualitativo (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2002). Richardson (2008) diz que os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de determinadas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. A pesquisa é um trabalho artesanal, que não se abstrai da capacidade criadora. Realiza-se, essencialmente, por uma linguagem constituída em base de conceitos, hipóteses, métodos e técnicas. Essa linguagem se edifica em um compasso próprio e particular (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2002).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 82 convidados inicialmente para participar dos encontros (workshop), 80 (97,5%) encontram-se em processo de aposentadoria. Entre eles, contamos com a presença de um aposentado (sexo masculino). Outro servidor, também do sexo masculino, estava recentemente aposentado, mas retornou ao trabalho em cargo comissionado. Do total, 58 (71%) são mulheres, e 24 (29%) são homens. Desses, 37 (45%) não compareceram aos encontros, sendo a maioria (28) mulheres. Entre as justificativas, estava o fato de “que não conseguiriam deixar o ambiente de trabalho, pois precisavam executar trabalhos urgentes e não poderiam deixar de fazê-los” (sic) (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 — Participação nos quatro encontros



Fonte: Registros da pesquisa (2017). Elaboração própria.

Ao considerarmos o total dos participantes (13) que responderam aos questionários, em relação à idade, identificamos que todos eles estavam com idade acima de 51 anos e com tempo de serviço superior a 30 anos, concluindo-se, então, que todos os participantes da pesquisa estão aptos a se aposentar.

Todos os participantes expressaram a importância e centralidade do trabalho em suas vidas. Os participantes: P₂, P₄, P₅, P₇ e P₈ (50%) relacionaram a importância do alcance das condições materiais de existência pelo trabalho, e os participantes: P₁, P₃, P₆, P₉ e P₁₀ (50%), em relação ao significado do trabalho em sua existência, à sociabilidade, relacionando-o, inclusive, à questão da dignidade (QUADRO 1).

QUADRO 1 — O significado do trabalho para os servidores do DEINFRA

O que o trabalho significa para você?	
1. "O trabalho, pra mim, é o que me move. Move a minha vida."	6. "Falando profissionalmente? Para mim é como se fosse uma recarga de bateria numa lanterna."
2. "O trabalho, pra mim, ele significa claro uma fonte de renda que é superimportante."	7. "O trabalho é uma coisa inerente da vida. De você se tornar adulto, se tornar independente produtivo. O caminho é o trabalho."
3. "Significa também, uma grande realização pessoal. Eu me realizo no meu trabalho, porque eu faço aquilo que eu gosto."	8. "O trabalho me dá condições de realizar as coisas físicas que eu preciso, as coisas materiais. Permite viver com dignidade , e ter a amizade entre os colegas. Na verdade, isso aqui acaba virando uma grande família."
4. "Foi tudo! Na verdade, o que eu tenho hoje foi em função do meu trabalho."	9. "O trabalho, pra mim, é tudo! O trabalho é assim, ele dignifica uma pessoa. Ele faz com que a pessoa se torne, seja útil e aproveitável."
5. "Não, tudo! Se não fosse o trabalho, eu não conseguiria chegar nessa vida."	10. "O trabalho significa a dignidade que a gente tem. Ainda é tudo, o trabalho é sem dúvida nenhuma tudo!"

Fonte: Elaboração própria (2017). (Grifo nosso).

Importante registrar que, segundo depoimento dos trabalhadores, o governo do estado não oferece subsídios e tampouco incentivo para a qualificação profissional, razão pela qual dizem não ter interesse em se qualificar e comentam, ainda, que não são liberados para estudar em horários de trabalho, o que dificulta muito, segundo eles, a educação continuada. Diante disso, garantir aos trabalhadores mais velhos que irão se aposentar e àqueles que decidem permanecer no ambiente de trabalho o seu bem-estar dentro das instituições (públicas ou privadas) é um dos desafios atuais a ser enfrentado no mundo do trabalho.

Segundo Morin (2007), a ideia de trabalho está qualificada em seis tópicos: precisa ser *versátil, e ao mesmo tempo um instrumento desafiador. O trabalho deve provocar nos indivíduos o interesse pela educação continuada, possibilitando a autonomia e a tomada decisiva durante a jornada de trabalho, com a finalidade de propiciar a valorização e apoio aos trabalhadores frente às novas oportunidades, capacitando-os para uma mudança "social". Uma mudança que possa contribuir para a construção da autoestima e também para uma vida pós-trabalho realizável e feliz.*

4.1 O lugar do trabalho na vida do pré-aposentado: suas expectativas em relação ao processo de envelhecimento e a aposentadoria

"O afastamento do trabalho faz com que o tempo livre não esteja mais relacionado com o conjunto de atividades diárias que faziam parte de sua vida. [...] Haverá diminuição no círculo de amizades ligadas ao trabalho" (KUNSLER, 2009, p. 69) e maior convivência com a família, que poderá ser tranquila ou complicada.

Segundo Antunes e Moré (2014), quando ocorrem mudanças nos papéis na vida das pessoas, a família é a base, é o suporte do indivíduo. Cabe ressaltar que a saída do mundo

do trabalho exige efetiva reorganização familiar. Com efeito, a aposentadoria deve ser compreendida como uma fase do ciclo vital dos trabalhadores.

Em relação a uma vida ideal pós-trabalho, 50% dos participantes apontam em primeiro lugar a questão da saúde (P₁), (P₂), (P₃), (P₅) e (P₉). Já 10% deles (P₁₀) dizem que, se tiverem dinheiro para viajar, já está bom. E 40% deles (P₄), (P₆), (P₇) e (P₈) afirmam que o fator financeiro deve acompanhar a saúde, pois consideram ser esse um requisito, parte indispensável para uma vida ideal na aposentadoria.

Em relação ao significado de “envelhecer”, ou do envelhecimento, os dados sugerem que o tema envelhecer, no entendimento dos entrevistados, é complexo e está diretamente ligado ao modo particular de vida de cada um, desde a infância até a idade adulta. Entretanto, eles têm muitas incertezas quanto ao envelhecimento e à chegada da velhice. Quando perguntados sobre o significado de envelhecer, 50% dos participantes entendem que envelhecer significa momento para aproveitar a vida, mas também revela acúmulo de experiências, maturidade e nova fase de oportunidades.

As pessoas com idade avançada se permitem buscar novos estilos de vida e, nessa caminhada, constroem também um novo conceito para a velhice, pois a percepção que têm de si é que só aparenta a idade “velhice” quem assim o desejar. Portanto, ditam regras numa sociedade em que os elementos mais importantes para algumas pessoas passam a ser, fundamentalmente, a juventude e o vigor e, para essas, o “ideal de velhice” e as rugas são enxergadas como falhas que precisam ser corrigidas.

A estética é vista como forma de se expressar e de construir a nova identidade para a velhice, que pode ser contemplada pela sociedade como o velho novo ou um jovem senhor ou uma jovem senhora. É um novo jeito de ser “velho”, em que a estética é usada como artifício que recodifica a vivência e proximidade da velhice na sociedade contemporânea (MAIA, 2008).

Na interpretação dos dados sobre em que momento da sua vida a aposentadoria foi uma preocupação, os dados sugerem que, em suas expectativas com relação a esse momento, a maioria (80%) dos participantes apresenta variadas formas de expressar suas preocupações relacionadas à aposentadoria, suas falas expressam esses sentimentos:

[...] preocupação, medo, ansiedade, angústia e depressão. Apontam as doenças como possível causa do vazio que a saída do trabalho pode ocasionar [...]. Apontam muitas incertezas com relação a aposentar-se ou não [...] (P₁, P₂, P₃, P₄, P₆, P₇, P₈, P₉).

Em relação às expectativas com a chegada da aposentadoria e não ter mais a obrigatoriedade de cumprir atividades de trabalho com regularidade, as análises sugerem que a maioria (70%) dos participantes considera ser muito bom não ter mais atividades regulares.

Em relação à convivência familiar após a aposentadoria, os dados sugerem que a maioria (80%) dos participantes aponta ter construído um bom capital familiar, pois expressam

a vontade de passear com seus cônjuges ou outros familiares. Eles acreditam que terão algumas dificuldades, porém esperam vencê-las. As falas da maioria dos participantes expressam esse pensamento:

[...] a vida familiar após a aposentadoria? [...] convivência [...] saudável [...], excelente..., significa mais tempo livre para a família [...], também significa aprender a conviver com a família..., acredito que será tranquila [...], porém um aprendizado [...] (P₁, P₂, P₃, P₆, P₇, P₈, P₉, P₁₀).

Em suas falas, identificamos que, para a maioria, além dos fatores saúde e financeiro, estão também fatores que, na visão deles, podem implicar embaraços a partir da efetivação da aposentadoria, pois vêm junto dela: a proximidade da velhice e, com ela, as doenças que podem surgir, caso não haja os cuidados necessários para manter-se saudável.

Observamos que o fenômeno da longevidade humana conquistado na era contemporânea oportunizou a entrada de muitas pessoas na aposentadoria, porém ainda são poucas as empresas que têm a iniciativa de contemplar seus trabalhadores com Programas de Preparação para Aposentadoria.

5 CONCLUSÕES

Na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, objetivamos analisar o que pensam os trabalhadores em processo de aposentadoria sobre velhice, trabalho e aposentadoria, e quais têm sido suas expectativas e formas de planejamento para a vida pós-trabalho.

Os resultados sugerem que, para 90% dos participantes, a conquista do tempo livre representa um dos elementos importantes considerados no processo de aposentadoria. Em relação às expectativas dos participantes que se encontram em processo de transição para a aposentadoria, a discussão sobre as mudanças nos papéis identitários apontou a força do olhar estigmatizado associado à aposentadoria.

Constatamos que a totalidade dos participantes não se preparou para a vida pós-trabalho, portanto não se sente preparada para esse momento. Seus depoimentos expressam sentimentos diversos: de recusa, frustração ou de negação por estarem diante do fato de ter idade e tempo para solicitar a aposentadoria. Quando perguntados sobre a identificação de possíveis sinais de envelhecimento, a maioria (90%) identifica apenas alterações de ordem física. Além disso, a partir da análise, identificamos também que os desafios na vida laborativa dos participantes estiveram relacionados ao cumprimento de horários, metas e responsabilidades, por mais estressantes que tivessem sido ou que pudessem parecer, sendo o dia a dia fortalecido pelas relações de trabalho.

Por fim, importa dizer que, ao analisarmos os depoimentos dos participantes, procuramos considerar o ponto de vista particular e social de cada indivíduo, através dos significados de suas falas e suas experiências. Observamos que esse período de transição é um momento que provoca reações diversas, que vão desde a sensação de liberdade e início de uma nova fase até sentimentos de vazio e supressão, pois, viver a aposentadoria em sua plenitude requer planejamento com antecedência mínima de dois anos, evitando, dessa maneira, a estagnação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Marcos Henrique; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Família, trabalho e aposentadoria: uma revisão da produção científica no cenário brasileiro. **Contextos Clínicos**, Florianópolis, p. 1–10, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v7n2/v7n2a04.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- BRANDÃO, Vera Maria Antonieta T.; MERCADANTE, Elizabeth Frohlich. **Envelhecimento ou longevidade?** Questões Fundamentais do Ser Humano. 8. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 114p.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 03 out. 2003.
- DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu Gomes; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- ESCOBAR, Karin Alves do Amaral; SOUZA, Flavia Aparecida. Análise de políticas sociais para idosos no BRASIL: um estudo bibliográfico. **Cadernos IniFOA**, Volta Redonda. n. 30, p. 47–55, abr. 2016.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 6–21, 1o jun. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7952/5738>>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- FONTOURA, Daniele Santos; DOLL, Johannes; OLIVEIRA, Saulo Neves de. O Desafio de Aposentar-se no mundo Contemporâneo. The Challenge of Retiring in the Contemporary World. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 53–79, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/45774>>. Acesso em: 24 set. 2017.
- KUNZLER, Rosilaine Brasil. **A resignificação da vida cotidiana a partir da aposentadoria e do envelhecimento.** 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Cap. 3. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tede_arquivos/21TDE-2009-05-08T120029Z-1897/Publico/411382.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.
- LOPES, Marilda Silveira; ARANTES, Rodrigo Caetano; LOPES, Ruth Gelebrter da Costa. Um breve ensaio sobre a aceitação da beleza na enfermidade dos corpos. **Kairós Gerontológica: Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.

45–61, 1 dez. 2007. Anual. Disponível em:

<<http://www.portaldoenvelhecimento.com/publicacoes/artigo3295.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MAIA, Gabriela Felten de. Corpo e velhice na contemporaneidade. **Estudos e pesquisas em velhice**, UERJ, ano 8, n. 3, p. 704–711, 2º semestre de 2008.

MORIN, Estelle; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. O trabalho e seus sentidos. **Psicol. Soc.** [online]. 2007, v. 19, n. spe, p.47–56. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea08.pdf>>. Acesso em: out. de 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271p.

PALACIOS, Annamaria da Rocha de. Velhice, palavra quase proibida; terceira idade, expressão quase hegemônica: apontamentos sobre o conceito de mudança discursiva na publicidade contemporânea. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA (APL), 20., 2004, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa, Out. 2004. p. 1–22. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/palacios-annamaria-velhice-palavra-proibida.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SALGADO, Marcelo Antônio. Aposentadoria e ética social. **A Terceira Idade**, São Paulo, p 4–8, 1989. Disponível em: <[file:///D:/Revista terceira Idade Marcelo Salgado.pdf](file:///D:/Revista%20terceira%20Idade%20Marcelo%20Salgado.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2017.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, out./dez. 2008, p. 585–593. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/3953/395335892013.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SENNETT, Richard. O talento e o fantasma da inutilidade. In: SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 84-98. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000200019>. Acesso em: 21 ago. 2017.